

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 foi marcado pela continuação da luta contra a Covid-19 e o Instituto, assim como em 2020 gerenciou o campus e seus negócios tendo como diretriz a proteção e preservação da vida. Ao longo do ano, com o aumento do número de vacinados, as operações no campus foram sendo retomadas e os negócios da instituição foram se aquecendo.

O faturamento com o mercado no primeiro semestre de 2021 ainda foi forjado na esteira de 2020 ficando abaixo da previsão do orçamento. Já no segundo semestre o ritmo de recuperação começou a tomar forma e houve aumento de 11,2% do faturamento em relação ao executado no ano de 2020.

As medidas do primeiro semestre 2021 para que as pessoas pudessem ter condições de trabalhar a distância foram mantidas como as de 2020. Foi realizada campanha de vacinação da gripe, mantido esquema de testagem de Covid para aqueles que ficaram trabalhando presencialmente, o que corroborou para manter a contaminação controlada e baixa, e repassada orientação e realizado controle da vacinação por Covid dos empregados, conforme orientação governamental.

Para a gestão do instituto esse cenário exigiu grande atenção para os gastos, sendo necessário planejamento rigoroso para conter o que não fosse extremamente relevante para operar os negócios já em carteira, o que exigiu coordenação e integração entre as áreas de operações, compras e finanças.

Em termos de gestão, o ano de 2021 foi o terceiro ano do processo de implantação do planejamento estratégico quinquenal desenhado em 2019 que traz como bandeiras transparência, comunicação e agilidade. A metodologia Ágil foi foco relevante das ações do Instituto, foram realizados treinamentos e organizado grupo que será responsável pela estruturação e implantação dessa jornada. Para 2022 serão realizados projetos piloto tanto na área administrativa quanto em grandes projetos buscando ampliação da geração de valor para o negócio e sua rede de parceiros.

Outro importante projeto foi o ObservAmo, grupo de trabalho que estruturou metodologia de prospecção de tecnologia com olhar de mercado para embasar decisões estratégicas tecnológicas das áreas de negócios. O estudo de energia identificou 12 plataformas tecnológicas relevantes para o Instituto e criação de dashboards de mercado, artigos e patentes. Estes estudos estão direcionando ações de negociação da área, destacando proposta de unidade Embrapii em hidrogênio verde, aproximação da unidade Energia com a rede de líderes no setor elétrico da ANEEL e submissão de propostas a editais. Um resumo do estudo setorial foi elaborado para divulgar ao mercado.

No mercado privado um dos projetos prioritários implantado pelo IPT é o Centro de Pesquisa Aplicada em Inteligência Artificial do IPT, denominado Plataforma IAmin (Inteligência Artificial Soluções para Manufatura Inteligente) que tem por objetivo compreender os desafios e oportunidades para o ecossistema da indústria de IA no

Brasil e que iniciou operação com seis parceiros industriais fundadores, 85 pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa brasileiros, assessoria de oito instituições de pesquisa e universidades internacionais. Esse projeto conta com recursos da Fapesp, MCTI e também apoio das duas unidades Embrapii do IPT. A participação do Instituto no Programa Rota 2030 voltado para fomentar o desenvolvimento tecnológico e a engenharia automotiva no Brasil continuou intensa. Atualmente são R\$ 83,4 milhões em projetos contratados com a participação do Instituto.

No mercado público é interessante destacar a atuação do IPT no programa Cidades Inteligentes do Governo do Estado de São Paulo. Foi desenvolvida ferramenta para que as cidades se auto avaliassem em relação à sua maturidade no tema de Cidades Inteligentes. No total, 264 municípios realizaram seu autodiagnóstico. Os resultados mostram que 58% dos municípios ainda estão com maturidade baixa em tecnologias para Cidades Inteligentes.

O IPT Open atingiu taxa de ocupação da área destinada à instituição de Centros de Inovação de 80%. Foram assinados 5 novos contratos com as empresas Inteli, Lenovo, V2COM, Cecil e Gerdau Graphene. A parceria com a Lenovo tem gerado grande número de projetos de P&D, tornando-se um dos grandes parceiros da Instituição. Finalmente, em termos de resultado de operação o Instituto gerou um dos maiores caixa da Instituição melhorando caixa de R\$ 17,5 milhões o que melhorou os índices de liquidez, embora com pequeno aumento no endividamento.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS)

		Exercício atual	Exercício anterior			Exercício atual	Exercício anterior
	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	3	47.870	30.295	PASSIVO			
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	6.180	6.173	CIRCULANTE			
Contas a receber	5/6	6.056	4.549	Fornecedores		3.286	2.498
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		893	190	Arrendamento mercantil - Direito de Uso	10	1.364	1.428
Impostos antecipados e a recuperar	7	4.451	5.265	Receitas a realizar		285	0
Estoques		336	351	Salários a pagar e encargos a recolher		5.458	5.779
Despesas pagas antecipadamente		43	169	Impostos e contribuições a recolher	11	3.511	2.993
Depósitos compulsórios		173	173	Adiantamento de clientes		787	705
Outros valores a receber		311	52	Obrigações a pagar - férias e encargos		12.159	11.910
Total do Ativo Circulante		66.313	47.217	Parcelamentos fiscais	11	1.234	1.190
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo		3.573	2.585	Subvenções governamentais - Agências de fomento	12	10.227	8.148
Imobilizado	8	145.854	156.522	Outras obrigações		195	231
Intangível	9	398	456	Total do Passivo Circulante		38.506	34.882
Total do Ativo Não Circulante		149.825	159.563	NÃO CIRCULANTE			
TOTAL DO ATIVO							
		216.138	206.780	Parcelamentos fiscais	13	5.964	6.938
				Outras exigibilidades - Receita de doação			
				- Agência de Fomento	14	31.235	35.963
				Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	22.450	19.242
				Provisão para dissídio coletivo	15	8.430	0
				IRPJ/CSLL diferido sobre C.M. 8200/91	16	1.799	1.895
				Receitas a realizar		854	0
				Arrendamento mercantil - Direito de Uso		783	0
				Total do Passivo Não Circulante		71.515	64.038
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social		288.197	287.968
				Reservas de capital		9.382	9.382
				Reservas de lucros		264	264
				Recurso para aumento de capital		156	229
				Prejuízos acumulados		(191.882)	(189.983)
				Total do Patrimônio Líquido		106.117	107.860
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		216.138	206.780

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS)

		Exercício Atual	Exercício Anterior
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receita de serviços e produtos		44.352	48.506
Subvenção econômica - GESP		98.943	87.886
Subvenção econômica - Fomento		21.330	23.593
Receita de doação de bens - Fomento	14	6.407	7.123
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		171.032	167.108
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados		(6.081)	(6.622)
Devoluções e cancelamentos		(35)	(160)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		164.916	160.326
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	21a	(114.017)	(117.160)
LUCRO BRUTO (DESPESAS)RECEITAS OPERACIONAIS		50.899	43.166
Gerais e administrativas	21b	(33.204)	(33.538)
Honorários Conselho de Administração, Fiscal e CAE		(1.666)	(1.649)
Serviços de terceiros		(7.376)	(6.945)
Depreciações e amortizações		(1.571)	(1.688)
Provisões diversas		(12.391)	(6.632)
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas		2.493	1.480
		(53.715)	(48.972)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(2.816)	(5.806)
Receitas financeiras		1.975	1.085
Despesas financeiras		(503)	(2.085)
RESULTADO FINANCEIRO		1.472	(1.000)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.344)	(6.806)
Imposto de renda e contribuição social		(651)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.995)	(6.806)
* Por lote de mil ações do capital social final		-0,01	-0,02

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS)

		Exercício Atual	Exercício Anterior
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO			
Outros Resultados Abrangentes		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.19	(1.995)	(6.806)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender à demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; (f) prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; (h) requerer o registro de patentes; (i) ceder o uso de patentes e de outros direitos; (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT oferta serviços tecnológicos a empresas públicas e privadas e em alguns projetos acessa por canais competitivos subvenções governamentais de agências de fomento.

O IPT é um instituto vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo e há mais de cem anos colabora para o processo de desenvolvimento tecnológico do País.

O IPT vem buscando constantemente o uso racional dos recursos de que dispõe, aliando métodos de administração a uma configuração organizacional que reflita suas possibilidades e as finalidades legais a que está adstrito. Neste sentido, em decorrência da Lei Federal nº 13.303/16, a Administração aprovou no exercício de 2018, a proposta para o resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei federal nº 13.303/16. Com essa operação societária, a Companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

Considerado um dos maiores institutos de pesquisas tecnológicas do Brasil, o IPT acumula conhecimento voltado para o desenvolvimento do patrimônio científico, tecnológico e de inovação da nação. Do apoio à construção civil à atuação em bionanotecnologia, o IPT conta com laboratórios capacitados e equipe de pesquisadores e técnicos altamente qualificados e oferece ensaios, calibrações, soluções tecnológicas, pesquisa, desenvolvimento e inovação a clientes públicos e privados de diversos segmentos, ampliando assim a competitividade das empresas e promovendo maior qualidade de vida às pessoas.

1.1. Impactos relacionados à pandemia de Covid-19

Em conexão com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, a administração do IPT adotou as medidas preventivas recomendadas pelas autoridades sanitárias e seguiu as normas estabelecidas na legislação brasileira, em resposta ao enfrentamento da pandemia do Coronavírus - COVID 19, evento amplamente divulgado pelas mídias com reflexos em escala mundial. Contudo, com o advento da segunda onda de contaminações pela COVID-19, a paralisação temporária da atividade econômica e as indefinições quanto à sua retomada levaram a um cenário de extrema incerteza e de difícil mensuração dos impactos na economia brasileira e mundial. Diante disso o IPT manteve as decisões tomadas em 2020 elegendo como suas principais prioridades: a saúde e segurança de seus colaboradores, a continuidade da operação e a manutenção dos empregos.

Manteve todas as medidas de prevenção, de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, que se tornam ainda mais essenciais à sociedade no contexto atual. As várias medidas de prevenção para que seus empregados não ficassem expostos a situações de risco foram mantidas, tais como: (i) utilização da prática de trabalho remoto nas áreas administrativas, sistema home office, com reforço da estrutura de TI para suportar essas ações até que os profissionais completassem seu plano vacinal; (ii) realização de viagens nacionais e internacionais apenas em casos de necessidade; (iii) utilização de meios de comunicação remota; (iv) antecipação da campanha de vacinação de gripe; (v) ações para estímulo de vacinação de Covid e processo para obter a comprovação de vacinação de todos os funcionários, entre outras. Além disso, o Instituto tomou todas as medidas de prevenção necessárias para que os empregados com funções estratégicas possam cumpri-las sem agravar o risco de contaminação, garantindo a continuidade na prestação dos serviços essenciais para atendimento aos clientes.

As políticas internas de prevenção adotadas ao longo do ano de 2021 continuam sendo aplicadas em 2022, para o enfrentamento da crise sanitária e até que essa pandemia esteja completamente superada. Os objetivos das políticas adotadas visam assegurar a saúde e segurança de nossos colaboradores, bem como garantir a continuidade e fluxo normal das operações.

A instabilidade econômica, agravada pela COVID-19, trouxe reflexos adversos para o Instituto, como redução nas receitas com clientes, postergação de projetos e adiamento de faturamentos.

Diante disso, o IPT promoveu a redução de custos, despesas e ajustes orçamentários para preservar a sustentabilidade econômico-financeira com êxito. A expectativa da Administração do IPT é de que as ações concretizadas frente aos impactos mencionados, somadas aos contratos mantidos com seus clientes serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer a continuidade da instituição.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

Exceto por aqueles listados na nota explicativa nº 2.8 que resultou em novas taxas de depreciação e amortização societária que foram reconhecidas contabilmente, conforme determina o ICP 10, item 30 e o CPC 23, itens 32 a 38, as demais práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações anuais individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais foram divulgadas em 23 de fevereiro de 2021 e devem ser lidas em conjunto. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/21 foram aprovadas pela diretoria executiva para divulgação em 08/02/22.

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de elaboração e apresentação das informações anuais

a) Apresentação das informações anuais

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

b) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade do IPT em continuar operando normalmente e está convencida de que apesar dos impactos e da incerteza na duração da pandemia de COVID-19 possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do IPT e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4. Aplicações Financeiras - Créditos Vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida a conta de Subvenção Governamental-Agência de fomento.

2.5. Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de "Subvenções Governamentais-Agências de Fomento" **Recebíveis** - Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

2.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades do IPT, registradas pelo valor faturado, diminuindo, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

O IPT constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do departamento financeiro e no histórico de recebimentos e garantias existentes. Além disso, não há expectativas de perdas adicionais significativas.

Foi aplicada a norma do CPC48 (IFRS 9) empregando a metodologia de abordagem simplificada que é utilizada em empresas que possuem carteiras tradicionais de contas a receber (clientes, contas a receber, duplicatas a receber etc.), de forma a dimensionar as perdas esperadas para os próximos 12 meses e efetuar a complementação da provisão conforme a nota explicativa nº 5.

2.7. Estoques e demais ativos circulantes

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram registrados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, não considerando o valor residual, nota explicativa nº 8. Entende-se como vida-útil o período de tempo durante o qual a Entidade espera utilizar o ativo permanente, expectando geração de benefícios econômicos, ou quando se trata de indústria, número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

A estimativa da vida-útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com "ativos semelhantes".

O IPT como empresa pública tem em seu patrimônio bens que entraram através de projetos de fomento com finalidades específicas em inovação, pesquisa e desenvolvimento, serviços tecnológicos, desenvolvimento e apoio metrológico, informação e educação em tecnologia. Os bens são construídos de forma a atender às necessidades especiais do instituto como empresa prestadora de serviços e ao final da vida-útil

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS)

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício antes do IRPJ e CSLL	(1.344)	(6.806)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Depreciação/Amortização	16.016	19.030
Demais provisões	11.638	8.200
Provisão/Reversão para perdas de créditos	10	106
Subtotal	26.320	20.530
Variações no Ativo Circulante		
Aplicações financeiras vinculadas	(7)	6.632
Contas a receber	(1.517)	3.587
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	(703)	7
Impostos antecipados e a recuperar	814	1.041
Estoques	15	(23)
Despesas pagas antecipadamente	126	1
Depósitos compulsórios	-	(13)
Outros valores a receber	(259)	18
Subtotal	(1.531)	11.250
Variações no Passivo Circulante		
Fornecedores	788	(1.045)
Arrendamento Mercantil	719	588
Receitas a realizar	1.139	-
Salários a pagar e encargos a recolher	(321)	15
Impostos e contribuições a recolher	518	(133)
Adiantamento de clientes	82	(125)
Obrigações a pagar - férias e encargos	249	(120)
Subvenções governamentais - agências de fomento	(2.649)	(6.546)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(651)	-
Outras obrigações	(36)	(51)
Subtotal	(162)	(7.417)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	24.627	24.363
Atividades de Investimento		
Aumento do realizável a longo prazo	(988)	(2.250)
Aquisição de bens do imobilizado	(3.998)	(3.570)
Baixas de bens do imobilizado e intangível	492	42
Doações recebidas em bens	(1.685)	(1.829)
Adição de intangível	(99)	(44)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.278)	(7.651)
Atividades de Financiamento		
Parcelamentos	(930)	(1.825)
Outras exigibilidades	-	(5.248)
Aumento de Capital	229	-
Recursos para aumento de Capital	(73)	229
Caixa líquido aplicada nas atividades de financiamento	(774)	(6.844)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.575	9.868
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	30.295	20.427
No final do exercício	47.870	30.295
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.575	9.868

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2021	31/12/2020
ISS	258	223
PASEP e COFINS	463	361
IRRF - Terceiros e Funcionários	2.031	2.351
COFINS - Retenção	58	36
PASEP - Retenção	10	8
IRPJ/CSLL	651	0
Outros	40	14
Total de Impostos e Contribuições à recolher	3.511	2.993
Parcelamentos Fiscais - Municipal - P.P.I.	1.234	1.190
	4.745	4.183

12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - AGÊNCIAS DE FOMENTO

	31/12/2021	31/12/2020
FEHIDRO	1.837	1.726
FINEP	1.720	2.768
CNPQ	126	126
EMBRAPII	51	50
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	2.963	0
Outros	3.530	3.478
	10.227	8.148

13. PARCELAMENTOS FISCAIS (Não Circulante)

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

	ISS	IPITU	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	5.849	1.089	6.938
Saldo em 31/12/2021	5.028	936	5.964

(a) Em 16 de Outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos do IPTU inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 1996 a 1999 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado - Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

(b) Em 24 de Outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos de ISS inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 2006 a 2008 e 2011 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado - Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

(c) Os valores são atualizados pela variação da Selic, com vencimento final em outubro de 2027.

14. OUTRAS EXIGIBILIDADES - RECEITA DE DOAÇÃO - AG. DE FOMENTO - NBC TG 07 (R2)

Está sendo mencionado nesta nota explicativa, às particularidades atinentes às transações contábeis das doações e subvenções feitas pelas Agências de Fomento (a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, o Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, entre outras instituições), para o incentivo e o desenvolvimento de projetos de PD&I, mediante a celebração de parcerias, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres com o Instituto.

Na linha do Balanço Patrimonial Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento (Não Circulante), estão contabilizados os valores pertencentes aos Ativos recebidos em Doação, que com o tempo sofrerão a depreciação registrada a débito desta conta amortizando o valor principal do bem recebido em doação.

A linha de Subvenções Governamentais - Agências de Fomento (Passivo Circulante) está intrinsicamente relacionada com a linha de Outras Exigibilidades (Passivo Não Circulante).

O roteiro específico contábil das mencionadas doações e subvenções, que seguem os ditames da Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a qual determina à respectiva contabilização diretamente como receita no resultado, está na seguinte conformidade: no caso de recebimento de equipamentos (imobilizado depreciable), mesmo que já sob sua propriedade, por ter cumprido todas as condições, a companhia não poderá reconhecer a receita imediatamente no resultado, tendo em vista que eles provocarão depreciações no futuro. Assim, a apropriação à receita dar-se-á paulatinamente, na medida em que forem sendo efetuadas as depreciações de tais ativos. Esse crédito ao resultado poderá ser feito na forma de receita ou mesmo como redução de despesas de depreciação.

Na medida em que os Projetos de Fomento vão sendo finalizados e os itens comprados com recursos dessa origem são doados ao IPT, aplica-se o roteiro de contabilização no grupo do Balanço de Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento(Não Circulante), em contrapartida do aumento do Ativo Imobilizado, tendo em vista que o Instituto não se valeu de recursos próprios para a aquisição de tais bens, os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

quais, repise-se, não poderão ser registrados como uma *receita de doação*, de acordo com a Lei federal nº 11.638/07.

Partindo-se do pressuposto de que estes valores contidos na linha de Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento (Não Circulante) não representam Dívidas assumidas pelo IPT, as análises dos índices financeiros devem ser consideradas de forma segregada desses valores.

15. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

a) Composição

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas (1)	12.877	14.366
Cíveis (1)	5.442	3.944
Fiscais e tributários	599	670
Indenizações contratuais	232	262
Provisão - descontaminação - Jaguaré-S.P. (2)	3.300	0
Provisão para dissídio coletivo (3)	8.430	0
	30.880	19.242

(1) Cíveis e Trabalhistas referem-se a riscos para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

(2) No exercício do mês de Abr/2021 o IPT efetuou o registro de provisão para gastos futuros baseado nas estimativas apresentadas pela Diretoria Executiva. para o desenvolvimento do projeto de descontaminação do terreno ocupado pela sua antiga filial-Jaguareé-S.P. no exercício de 2021 conforme o processo CETESB nº 046357/2021-77.

(3) Em 14/10/2021 o IPT foi intimado através de acórdão onde a ação foi julgada parcialmente procedente tendo como adverso o Sindicato de trabalhadores em Atividades de Pesquisa, Des., Ciê. e Tecnologia. O IPT apresentou embargos de declaração e aguardo o julgamento.

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O IPT é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	8.658	4.458
Cíveis	3.178	7.524
	11.836	11.982

16. IRPJ E CSLL - DIFERIDO

O IPT vem realizando mensalmente, a parcela de depreciação da C.M. Especial - Lei nº 8.200/91, onde tais valores são adicionados na apuração do lucro real e na base de cálculo da CSLL.

A constituição desta reserva especial foi lançada como reserva de capital, no patrimônio líquido e utilizada para absorver prejuízos acumulados no exercício de 1998.

Conforme preceitua a NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o Lucro, a Entidade deve reconhecer ativos e passivos fiscais diferidos quando observarem diferenças dedutíveis ou tributáveis.

A reserva especial constituída é uma diferença temporária tributável, desta forma o IPT efetuou o reconhecimento fiscal diferido em conta do passivo não circulante, que será realizada na mesma proporção da realização da depreciação.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em agosto de 2021, o IPT subscreveu o aumento de capital no montante de R\$ 228.925,91, de acordo com a AGO/AGOE de 28/04/2021 mediante o recurso para aumento de capital autorizado pelo acionista majoritário que a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

a) Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado é composto de 28.819.743.256 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de Capital: Decorrente de doações e/ou subvenções para investimento devendo ser utilizada para aumento de capital.

c) Recurso para Aumento de Capital: Aporte financeiro por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2022, foi planejado pelo Governo do Estado de São Paulo e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Dotação Orçamentária no montante de R\$ 114.119.076, conforme Lei nº 17.498, de 29 de dezembro de 2021 (Lei Orçamentária Anual 2022).

19. COBERTURA DE SEGUROS

O IPT adota uma política de manter apólices de seguros em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

O IPT contrata seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras.

Em 31 de dezembro de 2021, existe cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, implusão e fumaça, dos prédios do Instituto, com vencimento em 05 de dezembro de 2022.

RISCO	COBERTURA	VALOR EM RISCO
Compreensivo Empresarial - Riscos operacionais	Contra danos materiais a edificações, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de T.I.	R\$ 329.155
Responsabilidade Civil	Reparações por danos pessoais e/ou materiais causados à terceiros, em consequência das operações do IPT	R\$ 4.153
Responsabilidade Civil de Administradores - D&O	Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização	R\$ 20.000

20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Deliberação CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado) nº 1, de 16/03/2018, com redação alterada pela Deliberação CODEC nº1, de 29/04/2019.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos Diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal, no caso de Conselho Fiscal.

Remuneração dos Administradores

Nº de Membros*	31/12/2021	31/12/2020
Honorários da Diretoria	5	1.787
Honorários do Conselho Fiscal	5	337
Honorários do Conselho de Administração	8	659
Honorários do Comitê de Auditoria		
Estatutário	4	670
TOTAL	3.453	3.484

*a partir do 4º trimestre de 2021 a composição é de 4 membros.

21. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

a) Composição do custo

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração, encargos e benefícios	80.366	82.417
Serviços de terceiros	7.565	8.550
Utilidades	5.133	3.863
Impostos e taxas	3.930	3.590
Depreciação e amortização	14.444	17.348
Outros custos	2.579	1.392
TOTAL	114.017	117.160

b) Composição das despesas administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração, encargos e benefícios	29.301	29.446
Utilidades	727	641
Impostos e taxas	1.655	1.571
Outras	1.521	1.880
TOTAL	33.204	33.538

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021.			
1. INTRODUÇÃO			
O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT) é um órgão de governança e foi instalado pelo Conselho de Administração em 2018, composto por quatro membros independentes, sendo o seu coordenador membro do Conselho de Administração.			
O CAE é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, sem poder decisório ou atribuições executivas atuando com independência em relação à Diretoria da IPT, regido pela Lei nº 13.303/16, Estatuto Social e seu Regimento Interno.			
Compete assessorar o Conselho de Administração nos seguintes assuntos, dentre outros: (i) referendar a escolha do responsável pela auditoria interna, propor sua destituição ao Conselho de Administração e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos; (ii) analisar as demonstrações financeiras; (iii) promover a supervisão e a responsabilização da área financeira; (iv) supervisionar a diretoria no desenvolvimento de controles internos efetivos; (v) garantir que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel e que os auditores independentes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da diretoria e da auditoria interna; (vi) zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e Integridade da sociedade; (vii) avaliar a aderência das práticas da sociedade ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; e (viii) monitorar as denúncias de infração ao Código de Conduta e Integridade registradas no Canal de Denúncias e seus procedimentos de apuração e responsabilização.			
As funções do CAE são desempenhadas com base nas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, da auditoria interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e pela elaboração das demonstrações financeiras, além das informações obtidas em reuniões com responsáveis pelas diversas áreas operacionais do IPT.			
A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras do IPT, observada a diretriz de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos. Aos Auditores Independentes cabe assegurar que as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do IPT, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.			
2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO			
O CAE reuniu-se 12 vezes para o desenvolvimento de suas atividades relacionadas ao exercício social de 2021 até o dia 07 de dezembro de 2021 e diversas vezes com o Conselho Fiscal nas quais comunicaram-se nesse período, com o presidente do IPT, a diretora de inovação e negócios, a diretora financeira e administrativa, o diretor do IPT Open, o diretor de operações, o responsável pela auditoria interna, a auditoria independente, o conselho de administração e os responsáveis pelas áreas de contabilidade, jurídico, manutenção, tecnologia da informação, recursos humanos,			
WILLIAM PEREIRA PINTO Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e Membro do Conselho de Administração	ANTÔNIO EDSON MACIEL DOS SANTOS Membro do Comitê de Auditoria Estatutário	IVAN STAGLIANO ISMAEL Membro do Comitê de Auditoria Estatutário	JOÃO FRANCISCO CARVALHO JUNQUEIRA Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
O Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela AUDILINK & CIA. AUDITORES de 08 de Fevereiro de 2022, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho de Administração, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.			
São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.			
MARCOS VINICIUS DE SOUZA Presidente do Conselho	JAIRO KLEPACZ Conselheiro Independente	LIEDI LÉGI BARIANI BERNUCCI Conselheira Diretora-Presidente	JOÃO GABBARDO DOS REIS Conselheiro
LUCIANA HARUMI HASHIBA MAESTRELLI HORTA Conselheira		FELIPE JALORETTO DA SILVA Conselheiro	Representante dos Empregados
WILLIAM PEREIRA PINTO Conselheiro Independente Coordenador do Comitê de Auditoria			

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
O Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela AUDILINK & CIA. AUDITORES de 08 de Fevereiro de 2021, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.			
São Paulo, 18 de março de 2022.			
KATHELEEN REGINA DA SILVA DARDIS DE CAMARGO Conselheira	WILSON SERGIO PEDROSO JUNIOR Conselheiro	TARCILA REIS JORDÃO Conselheira	ROSSIELI SOARES DA SILVA Conselheiro
TATIANE GONÇALVES RODRIGUES Conselheira			

DIRETORIA			
LIEDI LÉGI BARIANI BERNUCCI Diretora-Presidente			
FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA Diretora Financeira e Administrativa	CLÁUDIA ECHEVENGUÁ TEIXEIRA Diretora de Inovação e Negócios	ADRIANO MARIN DE OLIVEIRA Diretor de Operações	ALESSANDRO PANSANATO RIZZATO Diretor IPT Open
FRANCISCO SOUTO OUTEDA Contador - CRC 1SP154222/O-1			

continua

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

Ilmos. Srs.
Administradores e Acionistas do
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Impairment de ativos não financeiros
Detalhes sobre a política contábil relativa a teste para redução ao valor recuperável dos ativos estão descritos na nota 2.10 - Avaliação do valor recuperável dos ativos (*Impairment*) às demonstrações contábeis.

A avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados líquidos no montante de R\$ 77.905 mil envolve julgamentos complexos e subjetivos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar o valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa - UGCs da Companhia. Os julgamentos e pressupostos essenciais feitos pela administração da Companhia para determinar o valor em uso das UGCs incluem, entre outros, a taxa de desconto e as projeções de receitas e custos, com a metodologia dos fluxos de caixa descontados, por UGC. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia revisou o valor recuperável dos ativos acima referidos, e como resultado não foi identificada a necessidade de ajuste, via *impairment*, nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Resposta da auditoria ao assunto
Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos das Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), tendo sido avaliada a consistência entre a política contábil relacionada com a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e os procedimentos e testes adotados pela administração para determinação do valor em uso das UGCs. Utilizamos nossos técnicos para testar a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia. Adicionalmente, comparamos as projeções utilizadas nos testes realizados nos anos anteriores com os resultados efetivos. Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela administração, tais como, taxa de desconto, projeção de crescimento das vendas e margem de contribuição, com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização de *impairment* significativamente diferente do considerado e divulgado pela administração. Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem. Avaliamos as divulgações relacionadas a esse assunto nas demonstrações contábeis.

Revisão da vida útil dos ativos imobilizados
Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.8, a Companhia finalizou em outubro de 2021 a revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado, conforme Laudo emitido pela

FACTUM AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S. O referido Laudo avaliou a nova vida-útil de cada bem, como também instituiu as taxas de depreciação societárias que foram reconhecidas a partir da data do Laudo, tendo sido observadas as instruções do item 30 da ITG 10, aprovada pela Resolução CFC nº 1.263/09 e itens 32 ao 38 da NBC TG 23 (R2), aprovada pela Resolução CFC nº 1.139/09, em relação à mudança de estimativas contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto
Para validar os procedimentos adotados na implantação dessas novas estimativas contábeis, tomamos por base o Laudo de Avaliação emitido pela FACTUM AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S, com as novas vidas-úteis e suas consequentes taxas de depreciação societárias. Através do mencionado Laudo, verificamos os cálculos das depreciações, a correta classificação contábil, os efeitos no resultado corrente e os respectivos ajustes às taxas fiscais antes adotadas. Também observamos os efeitos tributários sobre os novos valores e a correta classificação na escrita fiscal. Com base nesses procedimentos, julgamos procedentes os critérios adotados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Provisões para contingências
Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com o suporte e avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, determina a probabilidade de perda e os valores envolvidos para cada processo, registrando na contabilidade uma provisão quando os critérios para o reconhecimento são atendidos, perdas prováveis, e divulga aquelas com classificação de risco de perda possível (passivo contingente).

Resposta da auditoria ao assunto
Solicitamos aos assessores jurídicos da Companhia a confirmação de todos os processos, a respectiva avaliação de riscos e valores para todos os processos em esfera administrativa ou judicial. Avaliamos o montante da provisão e as divulgações feitas em notas explicativas quanto aos requerimentos descritos nas normas contábeis relevantes para esse tema. Com base nos procedimentos acima, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas às provisões de contingências e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Administração que deve ser disponibilizado após a data desse relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Nos termos na NBCTA720 - Responsabilidade do Auditor em Relação a Outras Informações, e em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade seria de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se essa outra informação está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Até a data do nosso Relatório do Auditor Independente, não nos foi disponibilizado o Relatório da Administração, para que fosse cumprido os termos descritos naquela norma, quanto à leitura e avaliação de sua consistência com as demonstrações contábeis. Se, quando lermos o Relatório da Administração, concluirmos que há distorção relevante, somos requeridos a comunicar esse fato aos responsáveis pela Governança.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2022.



AudiLink & Cia. Auditores
CRC 2RS003688/O-2 'T' SP

Roberto Caldas Bianchessi
Contador
CRC/RS 040078/O-7 'T' SP

